

**MASSA FALIDA DRUMOND GRUPI CONSULTORIA  
E PARTICIPAÇÕES LTDA**

# **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE FALÊNCIA**

Art. 22, inciso III, alínea “e”, da Lei 11.101/2005



# ÍNDICE

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. SUMÁRIO EXECUTIVO</b>  | <b>4</b>  |
| <b>2. SÍNTESE PROCESSUAL</b>   | <b>5</b>  |
| <b>3. DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS DA FALÊNCIA</b>  | <b>10</b> |
| <b>4. DO PROCEDIMENTO DO DEVEDOR (ANTES E DEPOIS DA SENTENÇA)</b>  | <b>12</b> |
| <b>5. DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA</b>  | <b>14</b> |
| <b>6. DO ATIVO DA MASSA FALIDA</b>   | <b>17</b> |
| <b>7. DO PASSIVO DA MASSA FALIDA (ARTIGO 83 DA LEI 11.101/2005 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES)</b> | <b>19</b> |
| <b>8. DAS AÇÕES EM ANDAMENTO</b>   | <b>21</b> |
| <b>9. DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS E TERCEIROS</b>   | <b>23</b> |
| <b>10. CRONOGRAMA PROCESSUAL</b>   | <b>25</b> |
| <b>GLOSSÁRIO</b>   | <b>27</b> |

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS, DO FORO CENTRAL CÍVIL, DA COMARCA DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO.**

Dr. Leonardo Fernandes dos Santos

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório Circunstanciado, versando sobre as causas e circunstâncias que conduziram à situação de falência da empresa **DRUMOND GRUPI CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, em consonância ao art. 22, inciso III, alínea “e”, da Lei 11.101/2005.

O presente relatório reúne e sintetiza as informações até o presente momento (junho de 2022), contidas nos **Autos nº 1096572-94.2020.8.26.0100**, realizadas a partir da análise e observação das informações financeiras prestadas pelos credores e terceiros interessados, e ainda, da movimentação processual. Baseiam-se, também, nas diligências realizadas por esta Administradora Judicial, no sentido de obter maior precisão e segurança quanto aos dados apresentados.

O referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao juízo, aos credores e demais interessados, um resumo dos principais fatos ocorridos no período sob análise, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de falência, estando disponível para consulta no site [www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br).

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Curitiba/PR, 10 de junho de 2022.



**M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**  
ADMINISTRADORA JUDICIAL  
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195  
Profissional Responsável: **MARCIO ROBERTO MARQUES**  
OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP nº 459.319

| Assunto   | Observações   |
|---|---|
| <b>Síntese Processual</b>                           | Trata-se de pedido de falência proposto por PATRÍCIA MACHADO TEIXEIRA em face de DRUMOND GRUPI CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, cuja ação foi distribuída em 14/10/2020, com base no art. 94, I da LFRJ, e julgada procedente com a consequente decretação de quebra em 14/03/2022.  |
| <b>Das Causas e Circunstâncias da Falência</b>      | Até o presente momento, tanto pela análise dos autos, como pelas pesquisas realizadas por esta Administradora Judicial, restou evidenciado que houve divergências entre a Requerente e demais sócios da Falida, o que ocasionou que esta adentrasse com Ação de Dissolução Parcial de Sociedade, cumulada com Apuração de Haveres (autos nº 0155154-61.2007.8.26.0100), acarretando na retirada da Requerente da sociedade, bem como, na liquidação de sentença.                      |
| <b>Do Procedimento do Devedor</b>                   | Em análise aos autos falimentares quanto ao período anterior à decretação da falência, inicialmente, denota-se que Requerida apresentou Contestação, às Fls. 350-364, alegando, em síntese, que ficou demonstrada a absoluta inadequação do procedimento falimentar eleito pela Autora, mercê da falta de interesse processual. Após outras manifestações da Requerente e depósito caução dos honorários do Administrador Judicial, foi proferida sentença que decretou sua falência. |
| <b>Dos Atos da Administração da Massa Falida</b>    | Até o momento a Administradora Judicial tem realizado diligências no sentido de assumir a representação da Massa Falida nas lides a qual faz parte, bem como está promovendo localização de bens passíveis de arrecadação junto ao juízo falimentar. Ademais, depois de realizadas diversas diligências, apresentou o presente relatório circunstanciado, conforme previsão do art. 22, inciso III, alínea "e", da Lei 11.101/2005.   |
| <b>Do Ativo da Massa Falida</b>                     | Quanto ao ativo pertencente a Massa Falida, cumpre mencionar que, dentre as buscas realizadas até o momento, não foram encontrados bens passíveis de arrecadação.   |
| <b>Do Passivo da Massa Falida</b>                   | Até o momento, não foi possível mensurar o passivo da Massa Falida, haja vista que essa ainda não apresentou relação de credores. Ademais, cumpre ressaltar que não existem outros processos em que a Falida figure como parte Ré.  |
| <b>Das Ações em Andamento</b>                       | Foram realizadas consultas no sistema Esaj-SP, TRT da 2ª Região e PJE da Justiça Federal de São Paulo, nos quais não foram encontrados processos em desfavor da Massa Falida.   |
| <b>Da Responsabilidade Civil e Penal dos Sócios</b> | A análise do tema resta inconclusiva em virtude da ausência de esclarecimentos e documentos da Falida, sendo estes últimos, primordialmente no que diz respeito aos livros contábeis, indispensáveis para os exames e verificação da saúde da empresa em momento anterior a sua insolvência.  |
| <b>Cronograma Processual</b>                        | O processo falimentar se encontra na fase de sindicância, momento o qual se busca arrecadação de bens, apuração dos fatos que levaram à bancarrota da sociedade empresária e mensuração do passivo da Massa Falida subjetiva.   |

2

## SÍNTESE PROCESSUAL

## 2. SÍNTESE PROCESSUAL

Trata-se de pedido de falência intentado por **PATRÍCIA MACHADO TEIXEIRA**, inscrita no CPF nº 219.969.098-94, em face de **DRUMOND GRUPI CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 04.967.459/0001-10, com fundamento no art. 94, inciso II, da Lei 11.101/05, cuja ação foi distribuída em 14/10/2020, na qual alegou a Requerente ser credora da empresa Requerida, em razão de valores que perfazem o montante de **R\$ 1.580.678,36 (um milhão, quinhentos e oitenta mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos)**, atualizado até a data do ajuizamento do presente feito falimentar, consubstanciado em execução frustrada, demonstrada pelos documentos anexados às **Fls. 44 – 195** dos autos.

Inicialmente, foi proferido despacho as **Fls. 225**, onde este Douto Juízo determinou que a parte Requerente providenciasse, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão do processo com as informações exigidas pelo art. 94, inciso II, da Lei 11.101/2005, devendo constar também se houve prévia suspensão ou desistência do curso do processo de Execução, nos termos da Súmula 48 do TJSP.

Seguidamente, após requerimento da Requerente de dilação probatória para cumprimento da ordem judicial às **Fls. 227**, a mesma apresentou Emenda à inicial à **fls. 241**, apresentando certidão expedida pela 25ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo.

Ato subsequente, o Excelentíssimo Magistrado proferiu decisão às **fls. 243-244**, esclarecendo quanto à necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem o prejuízo do próprio sustento, para fins de concessão da Justiça Gratuita, ordenando que a Requerente apresente os documentos pertinentes para análise do pedido. Intimada, a Requerente se manifestou às **fls. 246-249**, apresentando suas razões e documentos a fim de justificar o pleito de concessão da Justiça Gratuita.

No entanto, o Douto Magistrado acostou decisão à **fls. 303**, indeferindo o requerimento de concessão de assistência judiciária gratuita, uma vez que entendeu não haver documentos suficientes para comprovar a impossibilidade de arcar com as custas, despesas processuais e sucumbência.

Em vista disso, a Autora se manifestou nos autos (fls. 305), juntando cópia do Agravo de Instrumento interposto, com fito de reformar a decisão supramencionada. Não obstante, às **fls. 323-325**, fora juntado despacho proferido pela 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial dos autos recursais em comento, comunicando a concessão de efeito suspensivo da decisão agravada, tendo em vista o risco de extinção do feito.

Outrossim, a Autora promoveu a juntada do Acórdão proferido em sede dos autos recursais nº 2119624-77.2021.8.26.0000, comunicando o provimento do Agravo interposto, e a consequente concessão da Justiça Gratuita à mesma. Desse modo, o Douto Magistrado proferiu decisão à **fls. 342**, determinando a citação da parte Ré para apresentar Contestação, no prazo de 10 (dez) dias.

Em tempo, a Requerida apresentou Contestação, às **Fls. 350-364**, na forma de negativa geral dos fatos alegados pela parte Requerente, alegando, em síntese: **(a)** Que ficou demonstrada a absoluta inadequação do procedimento falimentar eleito pela Autora, mercê da falta de interesse processual; **(b)** Desse modo, requereu a extinção do processo, com o indeferimento de todos os pedidos realizados pela Autora; **(c)** Que seja assegurada à Autora a produção de todos os meios de prova em direito admitidos; **(d)** Que todas as intimações sem feitas em nome do advogado Rafael Pavan, OAB/SP 168.638-B.

Devidamente intimada, a Requerente apresentou Impugnação à Contestação às **Fls. 427-443**, alegando, em síntese: **(a)** Intempestividade da Contestação, entendendo que deva ser declarada a revelia da Requerida; **(b)** em consideração a Contestação apresentada, reiterou as alegações tecidas na exordial; **(c)** a devida responsabilização dos sócios da Requerida; e **(d)** pugnou a procedência do pedido, com a consequente decretação da Falência da sociedade empresária Ré, considerando a demonstração do interesse processual e da utilidade da prestação jurisdicional perseguida.

Às **Fls. 547**, foi proferida decisão oportunizando, às partes, para se manifestarem acerca das questões de fato e de direito que entenderem pertinentes ao julgamento da lide. Ante o exposto, a Requerente se manifestou às fls. 549-552, da mesma forma que a Requerida também apresentou seus argumentos às **fls. 553-561**.

Às **Fls. 563-568**, foi proferida Sentença julgando procedente a ação, com fulcro no art. 94, inciso II, da Lei 11.101/2005, reconhecendo a frustração da execução, e, por consequência, a prática de atos de falência previstos na Lei nº 11.101/2005, vértices invocados na exordial, os quais se amoldam às hipóteses previstas no art. 94, II, da referida legislação. Assim, a falência da empresa **DRUMOND GRUPI CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA** restou decretada na data de **14/03/2022**, tendo sido nomeada a presente Administradora Judicial para atuação no presente feito.

Após certidão de publicação da sentença retro, às **Fls. 569 – 570**, a Requerente opôs Embargos de Declaração às **fls. 571-572**, apontando a existência de erro material, uma vez que tendo em vista que decretação da Falência da empresa Requerida fora fundamentada com base em execução frustrada, em consonância com o que versa o art. 94, inciso II, da Lei de Falências, entende que o termo legal deve ser fixado em 90 (noventa) dias anteriores ao pedido de Falência, ao contrário de fixar 90 (noventa) dias anteriores à data do primeiro protesto, conforme determinou a sentença embargada.

Destarte, esta Administradora Judicial se manifestou nos presentes autos às **fls. 575-576**, aceitando o múnus, bem como, promovendo a juntada do Termo de Compromisso. Não obstante, esta AJ também peticionou nos autos à **fls. 578**, informando o envio de cartas de cientificação aos órgãos descritos no item 5 da sentença falimentar.

Ademais, o Douto Magistrado acolheu os Embargos de Declaração opostos ante a existência de erro material, fixando o termo legal nos 90 (noventa) dias anteriores ao pedido de Falência, nos

termos da decisão acostada à **fls. 603**.

Em seguida, esta Administradora Judicial apresentou manifestação às **Fls. 605 – 608**, requerendo, em síntese: **(a)** fosse realizada consulta junto ao sistema SisbaJud para determinação do bloqueio de ativos financeiros em nome da falida; **(b)** oficiada a Receita Federal, pelo sistema Infojud, para fornecer cópias das 3 (três) últimas declarações de bens da falida; **(c)** ao Detran, através do sistema Renajud, determinando o bloqueio, na modalidade de transferência e circulação, de veículos existentes em nome da falida; **(d)** à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, para pesquisa e bloqueio de imóveis registrados em nome da falida, objetivando localizar bens penhoráveis ante a vis atractiva do Juízo Universal. Ainda, informou a dificuldade na apresentação do plano de realização do ativo, tendo em vista que não foram encontrados bens passíveis de arrecadação, cf. **Fls. 610 – 611**.

Por fim, a Requerida promoveu a interposição de Agravo de Instrumento em face da decisão que decretou a Falência da mesma, conforme cópia da exordial recursal anexa às **fls. 612 – 634**.

## 2.1. DA SENTENÇA DE DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA – CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES

Na sentença de decretação da falência, acostada às **Fls. 563-568**, restaram determinadas as seguintes diligências:

**a) TERMO LEGAL DA FALÊNCIA:** A sentença fixou o Termo Legal da falência conforme a data de lavratura do primeiro protesto por falta de pagamento, conhecido nos autos, retraindo o período em 90 (noventa) dias. No entanto, conforme erro material apontado nos Embargos de Declaração apostos pela parte Requerente às **fls. 571-572**, o Excelentíssimo Magistrado reformou a decisão anterior e fixou o termo legal nos 90 (noventa) dias anteriores ao pedido de Falência, nos termos da decisão acostada à **fls. 603**, sendo portando, o período compreendido entre **14/07/2020 e 14/10/2020**;

**b) SUSPENSÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS:** O Douto Magistrado determinou também que todas as ações ou execuções contra a Falida fossem suspensas, nos termos do art. 99, inciso V, da Lei 11.101/2005, exceto aquelas que tiverem por objeto obrigação por quantia ilíquida, nos moldes do art. 6º, §§1º e 2º, da LFRE, ficando suspensa também a prescrição;

**c) NOMEAÇÃO DO SÍNDICO DA MASSA FALIDA:** A referida Sentença nomeou para o cargo de Administrador Judicial a presente peticionante, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia, representada pelo Dr. Marcio Roberto Marques, o qual aceitou ao múnus, às **Fls. 575-576**;

**d) DISPOSIÇÃO DE BENS:** Destarte, o Excelentíssimo Magistrado ordenou a vedação de práticas de qualquer ato de disposição ou oneração de bens do Falido, submetendo-as, preliminarmente, à



autorização judicial e do Comitê (art. 99, VI, LFRE);

**e) COMUNICAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:** Determinou, também, a comunicação da presente decisão aos bancos e cooperativas de crédito, para encerramento das contas correntes e aplicações, indicando do saldo existente, tanto positivo como negativo, e a remessa, ao juízo, do saldo positivo, se existente, mediante depósito vinculado aos autos, nos moldes do art. 99, VII, LFRE;

**f) PROVIDÊNCIAS PELO ADMINISTRADOR JUDICIAL:** Também restou determinada a expedição de ofício ao Banco Central, Junta Comercial do Estado de São Paulo, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Centro de Informações Fiscais, Setor de Execuções Fiscais da Fazenda Pública, Bolsa de Valores do Estado de São Paulo, Departamento de Rendas Mobiliárias, Cartório Distribuidor de Títulos para Protesto, Banco Bradesco S/A; Procuradoria da Fazenda do Estado de São Paulo; Procuradoria da Fazenda Nacional – União Federal; e Secretaria da Fazenda do Município de São Paulo – Procuradoria Fiscal do Município de São Paulo

**g) DETERMINAÇÕES:** Por fim, restou determinada a intimação do Ministério Público e comunicação às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento, para que tomem conhecimento da falência (art. 99, XIII, LFRE).

## 2.2. DA PUBLICAÇÃO DOS EDITAIS PREVISTOS NA LEI 11.101/2005

Compulsando os autos, constata-se que, **até o presente momento, não foram expedidos os editais previstos na lei.** Inobstante a necessidade da publicação que trata o art. 99, § único da LFRJ, a Falida ainda não apresentou sua relação de credores, pois ainda não foi intimada para tanto, razão pela qual se aguarda sua derradeira intimação para o cumprimento da determinação judicial, a fim de que reste possibilitada a publicação do edital, nos moldes da legislação vigente.

3

## ***DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS DA FALÊNCIA***

### 3. DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS DA FALÊNCIA

Até o presente momento, tanto pela análise dos autos, como pelas pesquisas realizadas por esta Administradora Judicial, restou evidenciado que houve divergências entre a Requerente e demais sócios da Falida, o que ocasionou que esta adentrasse com Ação de Dissolução Parcial de Sociedade, cumulada com Apuração de Haveres (autos nº 0155154-61.2007.8.26.0100), acarretando na retirada da Requerente da sociedade, bem como, na liquidação de sentença.

Assim, em razão da sentença condenatória da sociedade Requerida para apuração de haveres em favor da Requerente, originou-se dívida no importe, atualizado até a data do presente pedido falimentar, de **R\$ 1.580.678,36 (um milhão, quinhentos e oitenta mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos)**, de modo que, frustrada a execução dos autos de Cumprimento de Sentença nº 0026088-13.2016.8.26.0100, restou ajuizada a presente demanda pedindo sua falência, que restou decretada em data de 14/03/2022.

4

## **DO PROCEDIMENTO DO DEVEDOR (ANTES E DEPOIS DA SENTENÇA)**

#### 4. DO PROCEDIMENTO DO DEVEDOR (ANTES E DEPOIS DA SENTENÇA)

Em análise aos autos falimentares, quanto ao período anterior à decretação da falência, a Requerida apresentou Contestação, às **Fls. 350-364**, alegando, em síntese, que ficou demonstrada a absoluta inadequação do procedimento falimentar eleito pela Autora, mercê da falta de interesse processual, desse modo, requereu a extinção do processo, com o indeferimento de todos os pedidos realizados pela Autora e que seja assegurada a produção de todos os meios de prova em direito admitidos. Após demais manifestações da Requerida, foi proferida sentença que decretou a falência.

Quanto ao procedimento do devedor depois da sentença de quebra, cumpre salientar que a Falida ainda não foi intimada para apresentar a relação nominal de credores, o qual deverá fazer, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos.

Não obstante, à fls. **612** a Falida comunicou a interposição de Agravo de Instrumento em face da decisão que decretou a quebra da empresa, objetivando reformar integralmente seu teor, a fim de reverter o decreto de falência e determinar a extinção do presente feito.

5

## **DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA**

## 5. DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA

Na sentença de decretação de falência, proferida às **Fls. 563-568**, esta Administradora Judicial que subscreve o presente Relatório Circunstanciado, foi nomeada para desempenhar o múnus, a qual aceitou o nobre encargo às **Fls. 575-576**, promovendo a juntada do Termo de Compromisso assinado, nos termos do art. 33 da lei 11.101/2005. Destarte, à **fls. 578**, requereu a juntada do comprovante de envio das cartas de ciência aos órgãos descritos no item 5 da decisão de quebra. Nessa oportunidade, informou que tem realizado diligências no sentido de sanear o processo, a fim de torná-lo desenvolto, promovendo análise dos interesses da Massa Falida e buscando informações que visam a preservação dos bens objetivando o resultado deste processo e da universalidade dos credores.

Ato seguinte, em data de **23/05/2022**, o representante da Administradora Judicial, **Dr. Marcio Roberto Marques**, dirigiu-se até o endereço da sede falida constante em seu contrato social, situada à **Rua Crílios, nº 147, CJ. 91, Morumbi, São Paulo/SP, CEP 05.630-040**, com o objetivo de promover a lacração do imóvel e arrecadação de bens e documentos, nos termos do **art. 22, inciso III, alínea "f", da Lei 11.101/2005**, porém, ao chegar no local, constatou que o imóvel estava sendo utilizado para fins residenciais e não existia mais quaisquer indícios da empresa falida, razão pela qual a arrecadação restou frustrada e se tornou inviável a lacração do referido estabelecimento.

Conforme informações prestadas pelo sócio da falida, Sr. Leonardo Drumond Grupi, a empresa Requerida desenvolvia suas atividades no endereço Rua Luiz Coelho, nº 223, Consolação, São Paulo/SP, CEP 01309-0001. Desse modo, o representante desta Administradora Judicial se dirigiu ao local indicado, atestando a ausência de atividades e bens pertencentes à Falida, nos termos das imagens colacionadas infra:



Outrossim, nos termos informados no petitório anexo às **fls. 176-177** destes autos, os bens mobiliários que a Falida pertencia à época, encontravam-se armazenados no endereço **Rua da Mooca, 2025, São Paulo/SP, CEP 03.103-003**, contudo, o sócio da Falida, Sr. Leonardo, comunicou que tendo em vista o transcurso do tempo, os bens se deterioraram e foram descartados. Da mesma forma, fora realizada visita no local a fim de atestar as informações prestadas, conforme segue:





Outrossim, a Administradora Judicial se manifestou às **Fls. 605 – 608**, requerendo, em síntese: **(a)** a consulta ao sistema SisbaJud para determinação do bloqueio de ativos financeiros em nome da falida; **(b)** à Receita Federal, pelo sistema Infojud, para que forneça cópias das 3 (três) últimas declarações de bens da falida; **(c)** ao Detran, através do sistema Renajud, determinando o bloqueio (transferência e circulação) de veículos existentes em nome da falida; **(d)** à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, para pesquisa e bloqueio de imóveis registrados em nome da falida, objetivando localizar bens penhoráveis ante a vis atractiva do Juízo Universal. Ainda, às **Fls. 610 – 611**, informou quanto a dificuldade na apresentação do plano de realização do ativo, tendo em vista que não foram encontrados bens passíveis de arrecadação.

Por fim, esta Administradora Judicial, depois de realizadas diversas diligências, apresentou o presente Relatório Circunstanciado, conforme previsão do art. 22, inciso III, alínea “e”, da Lei 11.101/2005.



6

**DO ATIVO DA MASSA FALIDA**

## 6.1. DO ATIVO ARRECADADO E/OU PASSÍVEL DE ARRECADAÇÃO

Quanto ao **ATIVO** pertencente à Massa Falida, cumpre mencionar que, dentre as buscas realizadas até o momento, não foram encontrados bens passíveis de arrecadação.

Não obstante, aguarda-se o envio pela Serventia, de ofícios para verificar a existência de bens em nome da falida, aptos a arrecadação, bem como a devida realização do ativo arrecado.

## 6.2. DA AVALIAÇÃO DO ATIVO ARRECADADO

Até o presente momento, não houve a arrecadação de bens nos presentes autos.

## 6.3. DA REALIZAÇÃO DO ATIVO ARRECADADO

Até o presente momento, não houve a realização do ativo nos presentes autos.

7

**DO ATIVO DA MASSA FALIDA**

## 7. DO PASSIVO A MASSA FALIDA (ARTIGO 83 DA LEI 11.101/2005 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES)

Quanto ao **PASSIVO** da falida, cumpre informar o sócio da falida ainda não foi intimado para apresentar sua Relação de Credores nos autos, restando prejudicada a mensuração de seu passivo no presente momento. Não obstante, caso tal determinação judicial não seja cumprida pelo sócio da Falida, esta Administradora Judicial promoverá a elaboração de relação nominal de credores precária, com os dados obtidos nos presentes autos, possibilitando, assim, a regular continuidade do processo.

8

## ***DAS AÇÕES EM ANDAMENTO***

## 8. DAS AÇÕES EM ANDAMENTO

Com base nas informações constantes nestes autos, bem como nas consultas realizadas no sistema Esaj-SP, TRT da 2ª Região e PJE da Justiça Federal de São Paulo, por esta Administradora Judicial, não foram constatadas ações em andamento em desfavor da Massa Falida.

Cumpre informar que tal relação teve como base consultas realizadas junto aos sistemas Esaj-SP, TRT da 2ª Região, através da emissão de certidão de Ação Trabalhista em tramitação e PJE da Justiça Federal de São Paulo, nos quais não constam registros de processos eletrônicos em trâmite no Estado de São Paulo, de modo que se pode considerar que existam processos desconhecidos por este Juízo.

9

## **DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS E TERCEIROS**

## 9.1. DOS INDÍCIOS DE FRAUDE

A análise do tema resta inconclusiva em virtude da ausência de esclarecimentos e documentos da Falida, estes últimos, primordialmente no que diz respeito aos livros contábeis, que se demonstram indispensáveis para os exames da saúde da empresa em momento anterior a sua insolvência.

## 9.2. DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS SÓCIOS

A análise do tema resta inconclusiva em virtude da ausência de esclarecimentos e documentos da Falida, estes últimos, primordialmente no que diz respeito aos livros contábeis, que se demonstram indispensáveis para os exames da saúde da empresa em momento anterior a sua insolvência.

## 9.3. DA RESPONSABILIDADE PENAL DOS SÓCIOS

Adentrando a esfera penal, tendo como guia todo o escopo axiológico da Lei 11.101/2005, consoante dicção do Princípio do Rigor na punição de crimes falimentares, esta Administradora Judicial elucida que, ante a ausência de documentos e informações nos autos, não foi possível constatar, até o momento, indícios da prática de condutas típicas, antijurídicas e culpáveis, positivadas na referida legislação. Em outras palavras, o parecer do Longa Manus deste Juízo falimentar é de que não foi possível a construção de elementos que corroborem com a prática de crimes falimentares por parte da Falida, no âmbito de sua atividade comercial, até sua derrocada.

Por fim, esta Administradora Judicial ressalta que, nada obstante suas conclusões colacionadas no presente Relatório Circunstanciado, não existem quaisquer óbices para reanálise do caso e estruturação de novos argumentos, caso sobrevenham novas informações, documentos ou pareceres que alterem as circunstâncias.



# 10

## **CRONOGRAMA PROCESSUAL**

## 10. CRONOGRAMA PROCESSUAL

| Data       | Evento  |
|------------|---|
| 14/10/2020 | Distribuição do pedido de Falência (Art. 78 LFRJ)   |
| 14/03/2022 | Decisão Decretação da Falência (art. 99 LFRJ)   |
|            | Publicação do Edital de Decretação da Falência e Relação Nominal de Credores da Falida no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (Art. 99, § único, LFRJ) |
|            | Decurso de prazo para apresentação de Habilitações e Divergências de Créditos pelos credores diretamente ao Administrador Judicial (art. 7º, §1º LFRJ)  |
|            | Apresentação da Relação de Credores elaborada pelo AJ (art. 7º, §2º LFRJ)   |
|            | Publicação de Edital de aviso da Relação de Credores do AJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 7º, §2º LFRJ)                                  |
|            | Decurso do prazo para apresentação de Impugnação à Relação Nominal de Credores apresentada pela Administradora Judicial pelos Credores (art. 8º LFRJ)   |
|            | Homologação do Quadro Geral de Credores (art. 18 LFRJ)  |
|            | Arrecadação do ativo (art. 108 LFRJ)  |
|            | Realização do ativo (art. 139 LFRJ)   |
|            | Pagamento aos Credores (art. 149 LFRJ)  |
|            | Prestação de Contas pelo Administrador Judicial (art. 22, III, "r", LFRJ)   |
|            | Relatório de Encerramento da Falência (art. 155 LFRJ)   |
|            | Encerramento da Falência (art. 156 LFRJ)  |

|  |                   |
|--|-------------------|
|  | Eventos ocorridos |
|  | Eventos Futuros   |

# 11

## GLOSSÁRIO

## GLOSSÁRIO

AI – Agravo de Instrumento  
AJ – Administradora Judicial  
ART. – Artigo  
CCB – Cédula de Crédito Bancário  
DJE – Diário de Justiça Eletrônico  
DES – Desembargador (a)  
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício  
Dec. Lei – Decreto Lei 7.661/1945  
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada  
EPP – Empresa de Pequeno Porte  
Falida – Drumond Grupi Consultoria e Participações LTDA  
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços  
INC. - Inciso  
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)  
LTDA – Limitada  
ME – Microempresa  
MM. – Meritíssimo  
M – Milhão  
MOV. - Movimentação  
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
QGC – Quadro Geral de Credores  
Rel. – Relator (a)  
Resp – Recurso Especial  
RNC – Relação Nominal de Credores  
ROA – Retorno sobre ativo total  
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido  
S. A. – Sociedade Anônima  
STJ – Superior Tribunal de Justiça  
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná  
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo  
TRF – Tribunal Regional Federal  
§ - Parágrafo  
IDPJ – Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica

### **CURITIBA/PR**

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,  
Edifício World Business, Centro Cívico  
CEP 80.530-000  
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

### **MARINGÁ/PR**

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,  
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01  
CEP 87.020-015  
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

### **SÃO PAULO/SP**

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar  
Ed. José Martins Borges - Bela Vista  
CEP 01.310-000  
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850

[www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br)  
[marcio@marquesadmjudicial.com.br](mailto:marcio@marquesadmjudicial.com.br)